



A septuagenária NATO – na encruzilhada entre passado bem-sucedido e problemático futuro

António Rebelo Duarte

Working Paper 01/2020

Research Group in International Relations, Security and Defence

CIEP – Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos
Palma de Cima, 1649-023 Lisboa | +351 217214129 | ciep@ucp.pt
<https://iep.lisboa.ucp.pt/pt-pt/ciep-working-papers>

Abstract

This paper focuses in the real present and the predictable future of the oldest allied organization in the world, but a young creature of seventies, absolute record of this kind of alliances which haven't overcome in general the average period of 15 years of effective longevity.

For the development of this work we use the historical successful route made by the Alliance to achieve present times, envisaging to highlight some aspects of today reality, and the main problems NATO is facing in the political and operational fields, the first one subject to hard constraints posed by the current American Administration, thus search rational and plausible reasons to the euro-Atlantic countries keep the interest in, with more investment and assets in the largest and unique world organization responsible for the assurance of the 29 member states collective defense.

Can NATO continue to play one of its most important post-Cold War roles if its own members begin to question elements of the political order that NATO is sworn to defend? This essay doesn't provide fully satisfactory much less definite answers, but aspire to search for solutions to the challenges NATO faces at the start of its eighth decade. After all, the Alliance has outlasted some phases until now, successfully adapting to each new period while growing in size. Why should the future be any different?

António Rebelo Duarte lecciona no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa desde 2009. Vice-almirante da Marinha Portuguesa, esteve embarcado em várias unidades navais, tendo desempenhado cargos e funções de Chefe dos Serviços de Navegação, Armas Submarinas e Educação Física; de Oficial Imediato no Agrupamento n.º 1 de Draga-Minas; de Chefe dos Serviços de Comunicações e de Informações de Combate e de Comandante. Desempenhou também funções em terra, foi director do Instituto Superior Naval de Guerra e presidente do Instituto D. João de Castro.

ACRÓNIMOS

BRIC – Poderes emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FEI – Forum Económico Internacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

GM – Guerra Mundial

IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa

IRS – Iniciativa da Rota da Seda

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

M-O – Médio-Oriente

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NU – Nações Unidas

OI – Ordem Internacional

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OCS – Organização para a Cooperação de Shangai

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

RI – Relações Internacionais

RU – Reino Unido

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

I. INTRODUÇÃO

A Aliança Atlântica ficou este ano uma instituição septuagenária, coincidindo com um tempo em que o seu grande impulsionador pondera exigir aos países europeus o pagamento das despesas associadas à presença americana na Europa, expresso num prémio adicional de 50% pelo “privilégio da protecção de Washington”.

Trata-se de uma proposta que, a avançar, poderá originar um aceso debate político a nível europeu sobre o próprio futuro da NATO, cujos líderes, em particular Merkel e Macron, vêm partilhando uma crescente preocupação sobre a posição europeia num mundo que não sendo ainda pós-americano, parece ser cada vez mais pós-europeu.

Apesar destes “solavancos”, o facto é que a NATO já celebrou os seus 70 anos, como é sabido, em 04ABR1949, instituída pelo Tratado de Washington.

Isto, numa época em que a Europa, apesar de devastada devido à guerra, ainda era vista, dentro e fora, como o “centro do mundo”, além de valorizada pela potência com ambição mundial, os EUA, na altura interessados em se envolverem, como aconteceu, num compromisso militar permanente com o parceiro europeu, então a Europa Ocidental.

Tratava-se de um mundo do pós-guerra, à entrada da nova década dos anos 50, radicalmente diferente do actual, bastando lembrar que a Índia, então, com apenas 3 anos de independência (1947), já sofria das sequelas da partição colonial britânica com o Paquistão, e, que, por sua vez, a China, pouco mais era do que irrelevante nas grandes questões da política mundial. Face ao enorme poder dos EUA, só a URSS representava o adversário de primeira grandeza no xadrez internacional da época.

A NATO apareceu como uma aliança de países ocidentais visando a contenção do expansionismo comunista da União Soviética e só mais de 3 décadas depois se arvoraria em organização de defesa e difusão das democracias liberais, uma ideia de consolidação da OI demoliberal que viria a consolidar-se com o fim da guerra fria.

Foi a implosão da URSS, no início da década de 90, que abriria as portas ao conceito das guerras justas, legitimadoras da política intervencionista da Administração Clinton e do governo de Tony Blair, na ex-Jugoslávia (primeiro na Bósnia, especialmente em 1995 e depois no Kosovo, em 1999), inspirador da transmutação da NATO num instrumento do intervencionismo liberal humanitário, coincidente com um curto e raro momento histórico da indiscutida unipolaridade americana.

Apesar do curto tempo decorrido desde então, o facto é que o mundo de hoje é bem distinto, marcado pela recuperação da inesperada fragilidade económica e social da Rússia após o colapso do seu regime socialista e centralizado, e a meteórica ascensão da China na economia e política mundial.

Vive-se uma época em que não foram só aqueles dois mundos – 1945/49 e 1989/91 – que desabaram. O 11SET (2001), a invasão do Iraque (2003), a crise financeira (2008), a continua afirmação económica, política e militar da China — com clara ambição de potência global — e a reemergência da Rússia, ainda que numa área geopolítica mais limitada aos seus territórios de histórica influência, respondem por essa grande transformação, com alteração profunda do contexto e ambiente da geopolítica mundial.

Neste novo quadro global, não foi só a NATO a perder algum do seu anterior poder de influência e projecção. Todas as outras instituições internacionais nascidas no pós-II GM, nomeadamente a ONU, OSCE, FMI, concebidas para uma outra Europa e Mundo,

vêm sofrendo de uma certa contestação pelos poderes emergentes, interessados na reformatação da “velha” OI.

As dificuldades que essa reconfiguração acarreta para uma organização de defesa como a NATO, são fáceis de compreender. Quando nasceu os interesses estratégicos fundamentais eram partilhados pelos seus membros, dado que percepcionavam, clara e comumente, a existência de um poderoso inimigo comum, que funcionou como agregador das duas margens do Atlântico, espelhadas nas águas da designada área euro-atlântica.

Só que hoje estamos de regresso ao tradicional histórico da teoria das RI's, como o da “*normalidade anárquica*” de Kenneth Waltz² — um mundo multipolar — onde grandes potências competem e rivalizam abertamente, sem se compadecerem com instituições mundiais ou alianças militares, como a NATO, concebida no contexto da partilhada ameaça comum.

Nesta fase de transição para uma nova OI, encontramos uma América na ressaca das longas e erosivas guerras do Afeganistão e Iraque, a pender para a sua tradicional conduta mais isolacionista (ou menos internacionalista, como se queira), a par de uma Rússia mais compaginável com a sua histórica assertividade imperial e uma China a recuperar pela via inicial do desempenho económico-financeiro a prevalência e hegemonia que lhe havia escapado na dinastia Ching, há pouco mais de dois séculos atrás.

A NATO não poderia ficar incólume à ventania que se estende da área euro-atlântica até à euro-asiática, passando igualmente por uma fase de alguma turbulência, causada pelas interrogações que pesam sobre a sua coesão, o seu futuro e as suas missões, reavivadas a partir da eleição de Trump, cujo 2º mandato é uma possibilidade que os analistas não descartam.

O actual inquilino da Casa Branca será a faceta mais visível do problema estrutural que atravessa a Aliança, em boa parte devido à tal e aparente inexistência de um poderoso inimigo comum que lhe dê a solidez estratégica que já teve. Para alguns, infantilmente creio, a Rússia deixou de ser vista como um rival/inimigo e, provavelmente, nem o voltará a ser ao tempo da União Soviética. Por sua vez, os EUA, como potência global, já enunciou a transladação do seu interesse estratégico fundamental para a região da Ásia-Pacífico, compreensível à luz da crescente competição global — económica, política e militar — que passou a reconhecer na China.

Ora, é aqui neste jogo de sombras que sobressai a consequência para a Europa da eventual perda de importância do Atlântico e da Aliança, por via do potencial enfraquecimento da ligação dos EUA ao velho Continente, de resto já com sinais pressentidos durante a anterior Administração Obama. E se nós, europeus, analisarmos a questão estratégica da actual Administração — obcecada pelas despesas militares e políticas comerciais proteccionistas —, o cenário agrava-se, e, se levarmos em linha de conta a nova postura de outros actores, incluindo aliados, como a Turquia, então a inquietação avoluma-se.

Em termos prospectivos, a questão fundamental será, pois, a de saber se a NATO conseguirá adaptar-se à complexidade do mundo do século XXI e, não menos importante, às diferentes percepções dos seus membros sobre as ameaças graves e

² Em 1979, no seu livro *Theory of International Politics*, Kenneth Waltz defendeu esta tese da normalidade anárquica do sistema internacional;

prioritárias. Se não o conseguir, poderá soçobrar perante as contradições dos interesses estratégicos, quer entre europeus e norte-americanos, quer mesmo entre europeus.

É a análise da crescente complexidade do presente e a avaliação especulativa das incertezas do futuro, que, tentativamente e com a objectividade possível, nos propomos desenvolver, sobre uma temática – prospectiva sobre a nova OI e destino da NATO – que facilmente reconhecerão como de difícil prognóstico, face à fluida natureza das variáveis que entram na equação geopolítica em adivinhação.

II – A NATO NA OI – um histórico de sucesso

No rescaldo da II GM, com a criação da NATO lançou-se uma pedra basilar na construção de um novo paradigma nas RI's, numa altura – 1949 – em que se começavam a erguer os alicerces do novo sistema bipolar, sobre os escombros da conflagração mundial pelos efeitos, sendo já então evidente que os aliados da véspera não demorariam a virar acirrados inimigos de amanhã.

De um lado, os EUA, do outro, a URSS, e no meio, a Europa, que em 25MAR1957 viria a agregar-se em CEE, através dos seus 6 membros fundadores (FR, IT, ALE ocidental e BENELUX). Com a herança trágica dos 2 conflitos europeus intervalados por apenas 3 décadas, a área euro-atlântica procurou, com a institucionalização da Aliança, cuidar da estabilidade, num propósito não bélico, assumindo-se, desde o primeiro momento, como uma aliança essencialmente política e só excepcionalmente militar. Edificava-se, assim, um novo modelo do SI baseado na referida doutrina de *containment* idealizada por George F. Kennan³, perante o avanço do comunismo na Europa e em diferentes partes do mundo.

Foi esse seu pensamento doutrinário que ajudou à edificação do sistema bipolar da guerra fria⁴, assente, também na “dissuasão” de poderes nucleares, privilegiando-se, assim, a estabilidade sistémica através da manutenção de um *status quo* de equilíbrio de poderes, com momentos de fricção, mas sem confrontação directa, substituída pelas designadas guerras por procuração, apelidadas de *proxy wars*.

Submetia-se, assim, a realidade mundial a uma nova OI, a dos Pactos Militares, com um conceito de segurança não negociado, mas partilhado, confiável na moderação pela hipótese nuclear de destruição recíproca, numa espécie de “equilíbrio do terror”, como então foi baptizado. Entrávamos no tempo da ordem bipolar, com os actores muito bem identificados e que durou até ao início da guerra ao terror promovida pelos EUA no M-O e que rapidamente se transformaria numa caixa de Pandora de instabilidade regional.

A partir daí, assiste-se a uma reviravolta do ambiente internacional, soltando os espíritos da mundialização das dependências e interdependências e as consequentes exigências de uma globalização, ao início festejada, mas já hoje questionada pela sua falta de regulação mundial, em especial pelas sociedades ocidentais, que assistem e se inquietam com o crescimento no seu seio das desigualdades económicas e sociais, fruto

³ Diplomata americano. Vice-chefe da missão americana em Moscovo logo a seguir à II GM. Chegou a estar também colocado em Lisboa durante o conflito. Uma figura incontornável no estudo do realismo em qualquer curso de Relações Internacionais, foi o primeiro a perceber o comportamento e a natureza expansionista do regime comunista soviético do pós-Guerra. Primeiro, num *long telegram* enviado para Washington, em 1946, e depois num artigo que viria a ficar célebre, publicado em Julho de 1947 na *Foreign Affairs*. Assinado sob o pseudónimo de Mr. X., o artigo tinha como título *The Sources of Soviet Conduct* e tornar-se-ia num dos documentos doutrinários mais importantes das relações internacionais da segunda metade do século XX e que iria ser fundamental para definir as “regras” da Guerra Fria;

⁴ A tal Guerra Fria que mais tarde o sociólogo realista Raymond Aron viria a caracterizar de forma sábia, como um sistema de “paz impossível, guerra improvável”;

de uma situação de “*crise do globalismo sem governança em que o mundo se encontra*”, como a costuma caracterizar o Prof. Adriano Moreira⁵.

Num primeiro tempo do pós-guerra fria, assistiu-se à tal OI unipolar de indiscutida supremacia, mesmo hegemonia, americana, alicerçada no poderio geopolítico, estratégico, económico e militar, que viria a vigorar até ao início do presente século, dramaticamente conotado com os ataques terroristas, de 11SET2001, às Torres Gémeas em Nova Iorque, numa bárbara agressão que levou os aliados a invocarem, pela primeira vez, o artigo 5º da NATO, para lançarem uma operação aeronaval⁶, no mar Mediterrâneo, de combate ao terrorismo, que ainda hoje perdura.

O referido estatuto hegemónico ainda se projectou pela década seguinte, mas exercitada apenas pela componente militar, dado que nas outras vertentes, como a económica e estratégica, os EUA começaram a ser contestados pela China, em termos económicos, e a Rússia, em termos estratégicos e militares. Daí que esse tempo tenha merecido, na caracterização do SI, como a época da ordem uni-multipolar.

Entretanto, o mundo avançou e hoje assiste-se à rápida transição para uma ordem multipolar, na classificação russa e chinesa, para não esmorecer alguns dos seus parceiros importantes, como os BRIC’s, mas efectivamente o que está em edificação é um sistema com três grandes poderes – EUA, China e Rússia –, cujas esferas e ambições de influência dos dois últimos são essencialmente anti-americanas, para não dizer anti-ocidentais.

É neste tabuleiro multipolar que assistimos a um peão europeu na defensiva, perante a tal rivalidade expressa de uns EUA face à China e Rússia, estes igualmente com um interesse comum, mais ou menos camuflado, em enfraquecer, senão desagregar, a UE.

Nada que Putin não tenha expressado no seu discurso de Munique 12 anos atrás, e agora no FEI em S. Petersburgo (07JUN2019), servindo-se do evento para clarificar a nova doutrina de confrontação global, na presença do parceiro estratégico Xi Jinping (note-se, já na sua 8ª visita à Rússia desde 2013), que também aproveitou o palco para enaltecer o projecto da IRS⁷.

Trata-se de um desafio confrontacional apoiado em 5 conceitos-chave que aparecem na declaração conjunta sino-russa – “*parceria global*”, “*interacção estratégica*”, “*estabilidade estratégica mundial*”, “*interconexão da IRS com a União Económica Euroasiática*” e “*efeito sinérgico da parceria euroasiática através da IRS na cooperação Sul-Sul*” –, tudo isto visando, alegadamente, a reversão do diabolizado domínio hegemónico americano (do qual a Europa deveria dissociar-se, segundo os promotores) e a conseqüente transformação da inerente ordem mundial, agora numa versão de “*Círculo de Ouro das Grandes Potências Multipolares*” capaz de garantir uma “*cintura de estabilidade*” na região da Ásia do Sul, assegurada, conjuntamente, pelos dois enamorados parceiros, além dos seus apaniguados Turquia, Iraque, Irão e

⁵ Adriano Moreira, “A egocracia”, *Diário de Notícias*, 25 Março 2019;

⁶ Operação “*Active Endeavour*”, em que também temos participado com contribuições intermitentes de UN’s e aviões de patrulha marítima;

⁷ Projecto faraónico chinês, lançado por Xi Jinping em 2013, de 1.000 milhões de dólares, com mais de mil subprojectos (traçados) visando a implantação de novos itinerários pela Rota da Seda. Em desenvolvimento já há 6 anos, baseado numa multiplicidade de ligações terrestres (previsto um eixo ferroviário de 10.000 Km, a ligar o Oeste da China á Europa) e marítimas (com investimentos numa dezena de portos espalhados pelo mundo, e de 6 corredores económicos facilitadores das trocas comerciais da e para a China, incluindo mesmo novas rotas pelo Ártico), fazendo ranger os dentes às potências ocidentais que vêem nele uma real ameaça, mas que colheu já a aceitação e acordo de 72 países, nomeadamente os europeus Grécia, Itália, Espanha e Portugal, e, muito recentemente, a magrebina Argélia;

Paquistão, dando expressão à convicção dos parceiros de que a ordem unipolar é passado e, exclamamos nós, o Ocidente a ver!

Diria um optimista que estes sinais da presente conjuntura geopolítica constituem, só por si, um atestado de validade e vantagem de uma NATO com um continuado papel dissuasor e de particular relevância no equilíbrio da "balança de poderes mundial", face à ausência de réplicas institucionalizadas dos outros "grandes espaços" em que se traduz a geografia política do mundo, mau grado *et pour cause*, algumas iniciativas nesse sentido, como é o caso da "OCS"⁸.

Essa crença solidifica-se ainda mais quando vemos hoje esses actores centrais nas RI a voltarem a recorrer à lei do mais forte, afastando-se do sistema multilateral edificado a partir do pós-guerra. Trata-se de uma evolução que implica desafios para os europeus e aliados, como apareceram claramente reconhecidos por responsáveis políticos da FR e da ALEM⁹, por ocasião da abertura da última Conferência de Munique sobre a segurança (15FEV19). Daí que hoje seja prioritário para a Europa que se assuma a funcionar como um pilar – icónico e quiçá o mais estável e previsível –, da ameaçada ordem multilateral.

A ideia de que um SI fundado em regras é o melhor garante da nossa segurança e da nossa prosperidade, parece não ser assim tão evidente para a maioria dos actores. A confiança e a força vinculativa dos compromissos que caracterizam a cooperação internacional, a procura de soluções comuns, a força e a capacidade de acção das instituições – todos estes valores e princípios estão sob negação e a degradar.

Por isso e na sua essência, o problema fundamental da NATO acaba por não ser muito diferente do problema das referidas instituições internacionais do pós-guerra (ONU, OSCE, FMI, etc.), que se vão mantendo em vigor, mas acusando já um certo desgaste, com contestação à mistura. Em termos simples, o problema é que essas instituições foram pensadas e concebidas para um outro mundo e uma outra Europa. A realidade que vivemos hoje é, em muitos aspectos, substancialmente diferente.

Tudo aponta para que estejamos de regresso ao normal histórico — um xadrez multipolar — onde grandes potências competem abertamente, num mundo que aparenta já não se compadecer com instituições (incluindo as alianças militares) ditas e inspiradas nas melhores intenções civilizacionais. Em decorrência, o grande risco é que a aliança, que vem ligando os EUA à Europa, possa tender a perder importância, com sinais que já despontavam, aliás, na Administração Obama, que já enfrentava o descolamento do interesse estratégico americano para a Ásia-Pacífico, novo palco imposto pelo competidor global chinês.

Certo é que Donald Trump é a faceta mais visível do problema estrutural que enfrenta a NATO desde o final da guerra fria — a inexistência de um poderoso inimigo comum que lhe dê solidez estratégica. A Rússia não é vista por todos como rival ou inimigo, nem provavelmente voltará à negativa classificação anterior. Para além disso, os EUA, como potência global, têm o seu interesse estratégico fundamental em deslocação para a Ásia-Pacífico, agora que se sentem desafiados pelo principal competidor global, a China.

Hoje já ninguém contesta que os mundos bipolar e unipolar fazem parte da história, e, por outro lado, faz caminho a ideia de que a decepcionante atitude da actual

⁸ Organização política, económica e militar da Eurásia, fundada em 2001, com sede em Xangai, pela China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão;

⁹ Jean-Yves Le Drian e Heiko Maas, "Wer, wenn nicht wir?", *Süddeutsche Zeitung*, 13 Fevereiro 2019;

Administração norte-americana para com a Europa vai moldando um enredo com vários e tristes cenas, com tendência para aumentarem, como é o caso dos exemplos mais eloquentes: abandono do acordo climático, denúncia do acordo de desnuclearização do Irão e início de uma guerra comercial.

Alguns analistas acusam mesmo Trump de já ter dado o tiro de partida para um mundo pós-NATO, cuja presidência não se coíbiu de dar sinais de desacordo em relação à integração europeia, de que o apoio ao Brexit é dos episódios mais persuasivos. Algumas análises mais contundentes advogam mesmo que os americanos estão empenhados em trabalhar directamente no sentido da fragmentação e reversão da UE.

Neste caso, não estariam sós, pois a Rússia também aproveita qualquer oportunidade para enfraquecer o Ocidente e a UE, tida por sua principal “concorrente” na Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia ou Moldava. Quanto à China, continua a ser um forte concorrente económico mas ainda não parece estar a tentar quebrar a União, embora a própria CE esteja já a considerar a China, para além de um “rival económico”, também um “adversário sistémico”, acusando-a de discriminação contra empresas europeias e levantando dúvidas em relação ao uso de tecnologia e equipamento chinês nas novas redes de telecomunicações 5G, razões, entre outras, para o recente apelo aos líderes europeus para limitarem a presença de empresas públicas chinesas na Europa.

Motivos não faltam para que a Europa pense na necessidade de contar consigo própria, ainda que julguemos prematura a ideia de que deixou de poder continuar a confiar na América.

Certamente que a melhor forma de limitar os danos de um retraimento americano da defesa da Europa, passará por esta pugnar por condições propícias ao reforço do seu poder na esfera internacional, e que passam precedente e prioritariamente pela afirmação de uma adequada e comum visão estratégica (que ainda não conseguiu) e uma colectiva e imprescindível vontade política (de que se tem subtraído em matéria de segurança e defesa).

III – DESAFIOS ACTUAIS PARA UM FUTURO COMPLEXO

A NATO foi sendo construída ao longo das últimas 7 décadas, tornando-se numa das mais democráticas (em termos funcionais) e eficazes (a nível da projecção de forças) organizações internacionais, um património e *know how* que nos custaria muito ver desperdiçados, por questões ideológicas de certas correntes políticas europeias ou por causa de um “amuo” (para ser diplomático) de um residente errático e transitório na Casa Branca.

Para muitos europeus, a NATO deve continuar a ser olhada e avaliada, talvez até com mais oportunidade, como instrumento fundamental, de resto único no género, ao serviço da estabilidade e promoção de valores democráticos, na medida em que vai muito para além da componente militar, como é o caso dos seus programas civis, científicos, de investigação e de educação¹⁰.

A Aliança cedo interpretou o sentido da mudança do ambiente internacional e, porventura, mais célere do que qualquer outra organização, reorientou o seu referencial

¹⁰ Ainda em finais de 2018, uma equipa da Universidade de Aveiro ganhou um concurso lançado pela NATO, no qual especialistas em Informática e Sistemas Inteligentes criaram um sistema capaz de combater mensagens extremistas.

estratégico e deu início às adaptações internas e externas para poder continuar a actuar em favor da estabilidade e segurança no espaço euro-atlântico e não só.

Em 1991, ainda durante a existência formal da URSS, já a NATO fazia aprovar em Roma o seu primeiro conceito estratégico pós-guerra fria e encetava um conjunto apreciável de reformas que se foram aprofundando e consagrando ao longo de toda essa década. Muitos desses processos ainda hoje subsistem, embora um ou outro em “banho-maria”, como é o caso da Parceria para a Paz, do Diálogo do Mediterrâneo, Relacionamentos com a Rússia e Ucrânia, Alargamento e IESD, este um pilar que ainda hoje sustenta o relacionamento entre a NATO e a UE.

No plano estratégico, na sequência da dissolução do Pacto de Varsóvia (MAR1991), a NATO viria a alterar o respectivo conceito, passando de um figurino restrito de defesa (associado à *resposta flexível*) para um modelo alargado de segurança, visando a prevenção de conflitos e a actuação “*out of área*”, ou seja, para além das áreas de atuação tradicionais, o Atlântico e o Mediterrâneo, numa concepção de fronteira de segurança mais alargada do que a fronteira literal. Nesse mesmo ano e pela primeira vez desde a sua criação em 1949, assistiríamos ao envolvimento da NATO numa operação real, uma vez que durante a guerra fria os meios e as forças da Aliança somente haviam participado, regularmente, em exercícios e treinos operacionais. Foi a operação “*Southern Guard*”, desencadeada durante a primeira guerra do Golfo (Inverno de 1991), que envolveu a NAVOCFORMED, contando com a participação da fragata portuguesa *Comandante Sacadura Cabral*. Pouco depois, confrontada com os crescentes desafios na sua fronteira setentrional, a NATO procederia à reconfiguração da NAVOCFORMED por forma a constituir-se como uma segunda força naval permanente da Aliança, passando a designar-se *Standing Naval Force Mediterranean* (STANAVFORMED).

No campo político, os relacionamentos e processos em curso centravam-se na parte Leste europeia e nas margens mediterrânicas. O planeamento e as intervenções militares também não excediam esses limites geográficos. As primeiras alterações a estas tendências viriam a ocorrer, apenas com o virar do século e o estalar da luta contra o terrorismo transnacional.

Ainda no plano estratégico, a NATO, a partir de 1998, abriria as portas a novas adesões, uma iniciativa que muitos admitem estar na génese do recrudescimento da postura assertiva do Kremlin. De facto, alargou-se passando a integrar 19 E-M’s, num movimento que foi acompanhado pela UE e que marca a evolução estratégica em agenda das últimas cimeiras da NATO, cujas reorientações são desenvolvidas em anexo, para não sobrecarregar o texto.

No essencial, poder-se-á resumir que, esgotado o período em que vigorou na guerra fria, a NATO adquiriu uma dimensão política mais visível, enquanto a parte militar, no seguimento da ideia dos “dividendos da paz”, ia perdendo muito da sua relevância e passava a ser orientada quase exclusivamente para a preparação e execução das então designadas “operações de apoio à paz”, ou “*out of área*” na gíria.

Nesta óptica, a NATO tem sido eficaz na garantia da segurança europeia durante e no pós-guerra fria, impondo-se à implosão da União Soviética e à unificação do continente, levando a paz aos Balcãs, depois das guerras que resultaram da desagregação da antiga Jugoslávia e intervindo a milhares de quilómetros das suas fronteiras, para responder ao 11SET2001.

O balanço é óbvio: a NATO permanece, desde a sua fundação há 70 anos, como uma organização central nos equilíbrios globais, representando para a Europa e, também para Portugal, uma opção estruturante dos respectivos conceitos estratégicos de segurança e defesa, como os inevitáveis e decisivos reflexos nas correspondentes FA's. Tudo isto é verdade, mas tal não invalida que o presente não desperte sérias interrogações na antevisão do futuro, quer da NATO, quer da relação euro-atlântica que os EUA e a Europa souberam construir até hoje.

Uma reconfiguração da NATO onde a defesa europeia seja fundamentalmente garantida por Estados europeus (leia-se no domínio da PCSD), reduzindo as necessidades de recurso a infraestruturas e equipamentos militares norte-americanos, poderia ser um modelo de exequibilidade e sustentabilidade para o futuro próximo da UE. A questão que nos assalta de imediato é: será essa ideia realista para o curto/médio prazo?

Vejam. A previsível saída do RU da União — o E-M com mais capacidades militares — arrasta adicionais dificuldades a um problema já de si complexo. Ainda não é claro em que medida os britânicos vão continuar articulados com o Continente, em qualquer caso, importa ter em mente que a NATO é, cada vez menos, uma Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Não é uma questão de coerência, ou falta dela, face ao nome original, mas de perceber o impacto geopolítico dos seus alargamentos. Faz-se notar que, nos seus primórdios, apenas a Itália — mais tarde Grécia e também a Turquia — exorbitavam da área Atlântico Norte, enquanto hoje, abrange vários países do Centro e Leste europeu, com alguma preponderância dos Balcãs, uma circunstância que não é de somenos.

Temos também como incontornável a questão das relações com a Rússia e a China.

No primeiro caso, tida como o principal inimigo pelo passado da guerra fria e, por razões históricas e geográficas, na maioria do Leste europeu, em especial na Polónia e nos Estados Bálticos, a Rússia continua a ser vista com grande desconfiança e como potencial inimigo, uma avaliação mais moderada na maioria dos países do Sul. Será uma visão razoável na medida em que a estratégia do Kremlin passa por sobrevalorizar o seu poder, o qual tem limites maiores do que parece porque não baseado nos respectivos vectores demográfico e económico. Porém, as diferentes percepções europeias — e as emoções exaltadas que a Rússia desperta —, fazem com que seja muito difícil uma política coerente e equilibrada face a ela, pelo menos até à data.

Todavia, a geografia é impositiva e, por isso, é impossível separar a Rússia do espaço geopolítico europeu. A sua presença impõe-se na equação da segurança da Europa. Por isso, assegurar os legítimos interesses de defesa do Leste europeu sem despertar ânimos belicosos no Kremlin poderá ser uma política de equilíbrio, difícil, mas favorável à formulação e prioridade da uma defesa europeia, naturalmente desenvolvida com pragmatismo político e uma hábil visão estratégica, para contrariar a condução de uma política externa intoleravelmente agressiva por parte da Rússia de Putin. Uma agressividade interventiva que, em larga medida, visa suportar e manter, no plano doméstico, um regime pouco democrático, para não dizer totalmente autocrático, e que enfrenta severas contrariedades económicas, ao mesmo tempo que também pretende dividir a UE, com a implicação de com isso também dividir ou pelo menos afectar a relação transatlântica. Aliás, a própria “Estratégia Nacional de Segurança da Federação Russa”, de 31DEZ15, aponta o Ocidente, liderado pelos EUA, como responsável pela desestabilização do mundo e a principal ameaça no plano internacional e militar.

Quanto à China, já é tempo de os europeus sopesarem a prática deliberada de “*low profile*” da sua estratégia, de dissimular as suas capacidades, de não reclamar a liderança para não criar contrapoder, esperando o tempo certo para actuar. Quanto mais o seu peso se fizer sentir no mundo, mais os valores democráticos-liberais poderão ficar ameaçados de retrocesso. Por outro lado, os interesses fundamentais de defesa chineses pouco ou nada têm a ver com os europeus, no pior cenário, poderão até estar em rota de colisão. Para esta emergência já terá sido despertada a consciência europeia, face à considerável entrada de capitais chineses em importantes empresas de sectores estratégicos, principalmente nos países do Sul da Europa. Assim saibam tirar as devidas ilações, o que parece não ser ainda o caso.

O potencial de desestabilização passará igualmente pelo rumo que seguir a política externa dos EUA em relação a estes dois actores, mas também função da relação entre a Rússia e a UE, sem esquecer o segundo eixo de ameaças vindas do arco Sul de instabilidade, o que, em conjunto, não permite que a Europa descure uma resposta firme através do desenvolvimento da sua PCSD, em necessária complementaridade com a NATO.

Como pressuposto desse reforço europeu, torna-se indispensável acordar uma plataforma comum de ameaças e riscos, subscrita por todos os E-M's e em concertação com a NATO, aceitando com realismo e sageza diferentes avaliações e perspectivas nacionais para cada um desses desafios. Enquanto tal não acontecer, em termos de comum entendimento e mútuo respeito, não existirá um sentimento de comunidade e não será viável desenvolver uma eficaz PCSD no seio da UE, nem uma cooperação coordenada e operativa no quadro da Aliança Atlântica. Desenganem-se aqueles, e são alguns, que pensam serem as divergências intraeuropeias exclusivamente perniciosas para a União, porque, em domínio como a segurança, elas também se projectam nocivamente no seio da NATO.

Mas também há que ter a consciência de que um tal entendimento comum não será fácil e, portanto, também a solução enfrentará poderoso obstáculo democrático. É que, não existindo uma Europa federal, por enquanto afastada pela maioria das populações europeias, não pode ser essa vontade defraudada por lógicas tecnocráticas, nem por processos de “*integração furtiva*”, alimentadoras da revolta populista.

Acreditamos que, por ora, a solução para a defesa europeia só poderá ser encontrada fora do federalismo, pelo menos no futuro prolongado, o que torna claro e pressionante o desafio geopolítico, face à afirmação da China, desvarios da Rússia e ausência da liderança americana, e se esta análise estiver correcta, então sobra para a Europa e para o resto do Ocidente a inalienável responsabilidade global no domínio da política externa e de defesa, em apoio do sistema multilateral e das suas instituições, porque, se não o fizer, quem a substituirá nessa ciclópica tarefa?

Face à dificuldade de encontrar soluções perfeitas, restará à Europa, como já aludido atrás, uma reforma da NATO onde a defesa europeia marque uma presença inequívoca. Neste propósito, ainda não é claro em que medida os britânicos vão continuar ligados ao resto da UE, mas até nisso a NATO pode ser uma espécie de “*escritório de advogados*” que facilite a defesa da institucionalização de um acordo de cooperação entre Londres e Bruxelas, que a própria Embaixadora britânica em Portugal¹¹, já caracterizou como um

¹¹ Kirsty Hayes, “Queremos que os portugueses permaneçam no Reino Unido”, *Público*, 10 Novembro 2017. Hayes foi, Verão de 2019, substituída no cargo por Christopher James Saint, ex-correspondente europeu e director do departamento da Europa (do Sul) no *Foreign Office*, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico;

“... acordo estratégico novo e ambicioso para a cooperação futura em matéria de segurança e defesa ...”.

Para além do Brexit, outro problema se levanta para a Europa da defesa e a própria NATO, e que tem a ver com a durabilidade da política externa desenvolvida pela Administração Trump, especialmente quanto ao compromisso de ligação à Aliança. Atrevemo-nos a defender a tese de que as actuais feridas desse afastamento e desconsideração poderão ser recuperadas e porquê?

Em primeiro lugar, a teia económica intrincada entre os dois lados do Atlântico será relutante ao divórcio por mais amistoso que seja.

Em segundo lugar, a recentragem da política externa americana em direcção ao Pacífico, poderá resultar mais eficaz e com melhores resultados se se virar para aí com o *soft power* da Europa, do que sem ambos.

Em terceiro lugar, não interessará aos EUA descurar a parte leste da Europa abrindo-a aos divisionistas apetites russos, mesmo que considere hoje a China como o seu principal rival e desafiador da sua ainda supremacia a nível global.

Anota-se, por curiosidade, o que alguns analistas aventam sobre a melhor maneira de os países, europeus incluídos, que dependem das decisões de Washington defenderem os seus interesses: resistir com paciência e adiar decisões importantes, porque, de uma forma ou de outra, a normalidade acabará por regressar à capital norte-americana em JAN2020 ou, no pior cenário, 2014, altura que geopolíticos, como Garton Ash, dão como mais provável para eventual acerto de agulhas e responsabilidades sobre a sustentabilidade da segurança euro-atlântica, em benefício de um mundo mais previsível e seguro, isto é, com os EUA e a Europa juntos.

Nessa linha de pensamento, temos a convicção de que a NATO será ainda mais importante no pós-brexit, até porque passa a ser o *fórum* onde britânicos, franceses e alemães se podem concertar, para além da materialização dos existentes acordos bilaterais RU-França e RU-Alemanha no domínio da segurança e defesa. Será suficiente? Talvez a interacção encontrasse um melhor tecto com criação de um conselho de segurança regional, uma velha ideia de Churchill.

Importa deixar claro: no mundo turbulento e perigoso do século XXI são os europeus quem tem mais a perder se não tiverem uma alternativa credível, dentro ou fora da NATO. As ameaças não têm fronteiras e as fronteiras não têm ameaças. É esta a principal diferença entre o ambiente de segurança dos séculos XX e XXI, suscitando, de imediato, perplexidades e algumas questões: qual o papel futuro da NATO? quais as áreas-chave que se manterão e as que serão novas? como será isto tudo influenciado pelos novos desafios globais de segurança?

Infelizmente, não dispomos de respostas explícitas e definitivas para estas questões. Por isso, só poderemos partilhar convosco aquilo que gostaríamos que fosse o dia de amanhã, aliado e europeu, nem que para tal a Aliança tenha de “levitar” durante alguns anos mais (permanência da Administração Trump), mas com um destino traçado pela preservação da natureza fundamental; manutenção do objectivo e missão fundamental da defesa comum e garantia da integridade territorial dos aliados; e a sua consagração como o principal fórum euro-atlântico (EUA-Europa) de debate com uma agenda dos desafios comuns, mútua influência e aproximação de posições e pontos de vista, decisão das acções comuns e partilha justa dos custos, riscos e responsabilidades de implementação das decisões, no continuado respeito pelo mecanismo de consenso.

Com a noção das dificuldades que se impõem à conquista desse futuro, acreditamos que o velho slogan – “*reform or death*” –, que ecoou nos corredores do Q-G da NATO, em Bruxelas, aquando do fim da guerra fria, tenha o mesmo desenlace positivo que se pode inferir do acompanhamento dos 7 Conceitos Estratégicos, elaborados de 1949 a 2010, e que provam a capacidade adaptativa da Aliança aos desafios colocados pelos desenvolvimentos históricos a nível mundial durante tão longo período. Na verdade, foi sempre capaz de encontrar as soluções possíveis e adequadas, em ambiente cúmplice de unanimidade objectiva, em função das ameaças e riscos com que se viu periodicamente confrontada.

Mesmo excluindo os piores cenários, o Ocidente enfrentará um novo mundo com novos candidatos que farão crescentes exigências sobre o futuro. A par desses novos actores, também o ambiente de segurança terá que levar em consideração o vasto de leque de ameaças e riscos emergentes, onde sobressai o papel da cibersegurança, a alertarnos para o facto de as batalhas poderem travar-se, não apenas em terra, no ar e no mar e em redes informáticas, mas também no espaço.

Também aqui a NATO pode ter um papel importante e para isso já cuida do planeamento de obtenção de armamento espacial capaz de destruir mísseis inimigos, defesas aéreas e satélites, compaginável com a decisão¹² de declarar o espaço como nova fronteira e domínio operacional da defesa, prevista tomar na próxima cimeira (Londres), e que poderá ajudar a convencer o aliado americano da oportunidade e mérito de uma Aliança que pode ser útil para dissuadir a China e a Rússia de ascenderem ao patamar das potências militares rivais.

Recorde-se que neste domínio, Trump, que usou a cimeira da NATO de JUL2018, para criticar os aliados europeus sobre os gastos na defesa e acusar a Alemanha de ser uma prisioneira energética da Rússia, já assinou (FEV2019) um plano para se criar a Força Espacial dos EUA, e, ainda que falte algum tempo para a realização da cimeira de Londres em DEZ2019, os aliados europeus ficam até lá expectantes relativamente à atitude ou não, do errático inquilino da Casa Branca, poder aparecer novamente a questionar o valor da Aliança, da qual é o líder de facto. Esperemos que a lucidez geopolítica impere.

Tal é ainda mais importante e urgente tendo em conta o actual clima internacional hostil, no qual a Europa enfrenta significativos desafios económicos e de segurança por parte da China, da Rússia e até dos EUA. Isso requer não só visão política e coragem, mas também colaboração e confiança, que não se podem extraviar nas arenas ocidentais tão importantes como a NATO e a UE.

Por estas e mais razões, seria, pois, um erro fatídico para as potências ocidentais abandonarem as ideias e instituições que proporcionaram prosperidade e estabilidade nas décadas anteriores.

IV – Notas Conclusivas

¹² O aspecto mais sensível que pode estar em causa é o facto de os ataques espaciais poderem constituir uma agressão à Aliança e se se acciona a cláusula de defesa colectiva, o Artigo 5.º. À semelhança da decisão de transformar o ciberespaço num domínio de defesa, em 2016, esta decisão significará inicialmente um aumento do planeamento militar, a revisão das vulnerabilidades da NATO e um exame minucioso de como proteger melhor os satélites comerciais usados pelos militares.

O que se seguiu, depois da II GM, foi uma das mais interessantes páginas da história, no capítulo das RI's. Os E-M's de um continente destruído iam descobrir os caminhos e um modo de vida baseados na cooperação. Tudo isto, com a ajuda decisiva da NATO, sob o alto patrocínio militar dos EUA.

A NATO representou aquilo que outras iniciativas nunca concretizaram, ou seja, uma aliança euro-atlântica (maioritariamente de Estados europeus), capaz de projectar forças multinacionais eficazes na defesa de interesses comuns, sempre na sequência de um processo de decisão por consenso.

Graças também à NATO e ao papel dos EUA, foi possível edificar uma OI liberal que, na apreciação de Chris Patten – o último governador inglês de Hong Kong –, está a caminhar para o fim, com uma ONU largamente impotente no que à regulação do poder mundial diz respeito e uma UE, em parte por causa da retirada britânica mas também por outras razões, a não conseguir actuar de forma tão unida e eficaz como seria desejável.

No futuro próximo, as RI's vão ser dominadas por um certo equilíbrio tripolar, moldado pelos gigantes do mundo, EUA, China e Rússia, devendo a nossa atenção concentrar-se na forma como estes países vão gerir a sua coabitação no palco global.

Resta saber se a Europa vai acentuar a sua condição periférica, com cada E-M a tratar de si, ou se consegue responder, arcando com a integração europeia a um nível sem precedentes, passando a ser o 4º gigante, o que não será realisticamente de grande verosimilhança.

Em função deste cenário e na altura em que atinge a “3ª idade” (70 anos), a NATO continua a fazer tanto ou ainda mais sentido, na sua função de pilar da arquitectura de segurança e defesa europeia que vem do pós-guerra.

A História evidencia-o, mas a questão crucial é saber se os líderes ocidentais querem aproveitar esse património de experiência política e militar da organização, para reforçarem o seu peso, incluindo o europeu, numa altura em que Washington, pelo menos temporariamente, parece “alhear-se” do eixo transatlântico.

“Muitos acharam que a NATO se tornaria irrelevante com o final da guerra fria. Mas as ameaças que enfrentamos hoje são tão sérias como algumas vez foram. Com o ressurgimento da Rússia, cada vez mais agressiva e desafiante da ordem internacional baseada em regras; a ameaça quotidiana do terrorismo e; as novas tecnologias, que representam tanto uma oportunidade como um desafio para a nossa segurança; precisamos, mais do que nunca, de uma NATO forte. O compromisso do Reino Unido com a segurança europeia é inabalável e assim continuará”¹³. Acabo de citar afirmações da Ministra da Defesa do RU, onde transpira, confortavelmente para os euro-atlantistas o compromisso e a profissão de fé dos britânicos para com a Aliança, por parte da sua principal responsável pela área da defesa. É um “balsamo”, comparativamente a algumas declarações produzidas pelo presidente americano Donald Trump, com muito mais diplomacia quando se refere aos 2% do PIB, nos seguintes termos: “Reino Unido deu um contributo significativo para a Iniciativa da Prontidão da NATO por terra, mar e ar. O nosso futuro navio-chefe (flagship), o HMS Queen Elizabeth, e os novos jatos F-35 estarão no cerne deste contributo”. Como aliados, todos temos de honrar o nosso compromisso de investir 2% do PIB em defesa, de modo a podermos manter a segurança dos mil milhões de pessoas que a NATO protege

¹³ Penny Mordaunt, “70.º aniversário da NATO: a caminho de Londres”, *Diário de Notícias*, 5 Julho 2019;

coletivamente. O Reino Unido cumpre e continuará sempre a cumprir este compromisso.”

Não haverá grande objecção à ideia de que é do interesse da Europa o reforço da sua complementaridade com a NATO, como o recomendam as diversas ameaças que impendem sobre o seu território, e até dentro da sua própria casa, com as novas pulsões nacionalistas, populistas e xenófobas, como se o soberanismo, por si só, fosse a solução milagrosa para a sua crise e desafios que lhe são postos pelo futuro na transição para a nova OI.

Para o efeito, a Europa não pode ficar sem qualquer mecanismo comum dissuasor e de projecção de forças, aspecto que faz da NATO uma instituição insubstituível, até pelo papel que desempenha em zonas que vão para lá da geografia do Atlântico Norte.

Talvez seja a hora para que os governantes europeus se assumam, ainda que de forma realista, mais ambiciosos na avocação das “despesas da casa”, um apelo que tem sido recorrente por parte das várias administrações americanas.

Claro que isso implicará vontade política e um maior investimento, mas será sempre um preço muito menor do que aquele que teríamos de pagar, em caso de definhamento da NATO por causa de interesses políticos egoístas ou em função de desinteresse de Washington na preservação da Aliança, à revelia dos próprios interesses estratégicos americanos, como ainda recentemente o confessou o General James Mattis, demitido, em 2018, do cargo de Secretário de Estado da Defesa.

Será um caminho sem escolhos? Certamente que não, mas também sucedeu no passado, em que as crises da NATO foram sempre ultrapassadas, com maior ou menor atrito e dificuldade. De um lado e do outro acabará por imperar o pragmatismo do jogo que não será de soma zero, antes com ganhos para ambas as partes, com a América e a Europa a compreenderem que, ambos, como já no antecedente, poderão conseguir a melhor maneira de prevenir a guerra através da dissuasão e que o aliado norte-americano acabará por reconhecer que a NATO permanecerá como um investimento na política externa com o adequado retorno.

E essa aposta vale a pena, porque:

- a) na Europa, os governos das democracias liberais tentam persuadir os seus eleitorados que ainda são capazes de proteger os cidadãos das forças da natureza da política internacional e da mudança social;
- b) nos EUA, o “patriotismo económico” será um dos temas da campanha dos democratas em 2020. A América e a Europa estão a virar-se para dentro.

Que consequências terá todo este processo para a Aliança Atlântica? Foi esse o humilde propósito desta abordagem, com a consciência de que o prognóstico está eivado de enorme incerteza, mas um desejo profundo de que a Aliança continue a ser para a Europa o guarda-chuva de segurança e estabilidade que conseguiu ser até hoje. Os desafios que enfrentamos hoje são diferentes daqueles que existiam quando a NATO foi fundada em 1949, mas não menos significativos. Teremos de e iremos continuar a enfrentá-los juntos.

A divisa da NATO, “*Animus In Consulendo Liber*”¹⁴ continuará, queremos acreditar, gravada nas paredes do novo edifício do Q-G em Bruxelas, impositiva da concentração

¹⁴ Frase da obra do romano Salustio, *A Conspiração de Catilina*, que exorta à reflexão e ponderação como virtudes maiores dos grandes homens;

para obtermos os melhores resultados com as nossas deliberações. Queremos acreditar que será esse o caso da generosa e bem conservada “septuagenária” NATO.

Sassoeiros, Carcavelos, em 21 de Junho de 2019

António Rebelo Duarte
V/Alm. REF

ANEXO
Cimeiras e Estratégias

CIMEIRAS

- ✚ Praga [2000]
- ✚ Riga [2006]
- ✚ Lisboa [2010] – cimeira da esperança
- ✚ Chicago [2012] – cimeira da meia-esperança
- ✚ Gales [2014] cimeira da plena crise
- ✚ Varsóvia [2016]
- ✚ Bruxelas [2018]

a) Washington – 1999

Aprovou um novo Conceito Estratégico, quando comemorou o 50º aniversário;
É portanto anterior ao 11SET2001, e desde aí sabe-se que a ameaça do terrorismo veio para ficar e que será longa a sua erradicação;
Com base neste pressuposto, a NATO tem de definir um novo Conceito Estratégico;

b) Praga – 2000



Cimeira de Praga em 21-22 de novembro de 2002

Fonte: <https://www.nato.int/docu/review/2011/11-september/10-years-sept-11/files/1643.jpg>

Marcou uma profunda viragem nas orientações estratégicas dos aliados, em termos da redefinição das missões e ao estabelecer um conjunto de domínios de cooperação militar perante a ameaça terrorista e a necessidade de a conter;

Em 2003 todos os assuntos de cariz operacional passaram a estar sob responsabilidade do Comando Aliado para as Operações (*Allied Command Operations - ACO*), a nova designação do Comando Aliado da Europa (*SACEUR*), enquanto que um novo comando, o Comando Aliado para a Transformação (*Allied Command Transformation - ACT*), foi estabelecido em Norfolk, nas anteriores instalações do Comando Aliado do Atlântico (*SACLANT*), cuja missão é promover e controlar a permanente transformação das forças e capacidades da Aliança, assim como assegurar a sua interoperabilidade.

c) Riga – 2006

Alterou a estrutura de comandos, a transformação do QG da NATO em Oeiras, designado de Joint Command Lisbon (JCL) num Joint Force Command (JFC), equiparando-se aos comandos operacionais de Nápoles e Brunssum;

O JCLisbon viu assim expandido o seu papel para se assumir como principal comando da NATO para África;

d) Lisboa – NOV2010



Cimeira de Lisboa

Fonte: [https://cdn.cmjornal.pt/images/2010-11/img_770x433\\$2010_11_22_21_35_00_227187.jpg](https://cdn.cmjornal.pt/images/2010-11/img_770x433$2010_11_22_21_35_00_227187.jpg)

Depois da Guerra Fria, a NATO tornou-se numa aliança político-militar híbrida: do enfoque na defesa territorial através da dissuasão, passou a instrumento de gestão de crises e manutenção da paz a nível europeu. Aprovado também o sistema de defesa antimíssil aprovado. Quis fazer desta cimeira o momento da reconciliação com a Rússia, depois do congelamento das relações na sequência da guerra na Geórgia.

Princípios do novo conceito estratégico:

- A segurança dos membros da NATO nos dois lados do Atlântico é indivisível e será defendida na base nos princípios da solidariedade, sentido comum e justa distribuição de tarefas.
- Segurança: além das ameaças convencionais que não podem ser ignoradas, novos riscos como a proliferação de mísseis balísticos, os ciberataques, o tráfico de pessoas, o extremismo e o terrorismo põem em causa a segurança dos cidadãos dos países da NATO.

- Defesa: prevê o desenvolvimento de um sistema de defesa contra ataques de mísseis balísticos, com a cooperação da Rússia e de outros parceiros euro-atlânticos.
- Não-proliferação: reafirma compromisso com promoção do desarmamento e mantém que enquanto existirem armas nucleares, a NATO será uma aliança nuclear.
- Alargamento: consagra a possibilidade do alargamento às democracias europeias que cumpram os requisitos para a entrada na NATO.
- Parcerias: reafirma que a NATO não representa nenhuma ameaça para a Rússia e consagra a importância da cooperação com Moscovo.

e) Chicago – 2012

Na anterior Cimeira de Lisboa, em 2010, a Aliança tinha traçado uma nova missão ou “Conceito Estratégico”. Porém, menos de seis meses mais tarde, os acontecimentos na Líbia testaram muitas partes do novo conceito, mais cedo e de forma mais severa do que se esperava. No entanto, milhares de civis líbios foram protegidos pela campanha da NATO em 2011.

A imprevisibilidade da segurança é quase previsível. De certa forma, a Cimeira de Chicago foi uma tentativa de assegurar que a NATO continuaria a estar pronta para lidar com estas surpresas.

Uma das áreas com que teve de lidar foi com o Afeganistão e o melhor modo de manter o rumo, independentemente do número de vezes que o roteiro de retirada fosse posto em causa.

f) Gales – 2014

Aprovado um Plano de Ação de Prontidão (*Readiness Action Plan*), triplicando o total de tropas da *NATO Response Force* (NRF) para 40 mil militares e criando uma *Very-High Readiness Joint Task Force* (VJTF) capaz de ser projectada em 2 a 3 dias, com uma componente marítima constituída pelas Forças Navais Permanentes e outros meios operacionais, como submarinos, navio de comando e controlo, aeronaves de patrulhamento marítimo e forças de operações especiais.

g) Varsóvia – 2016

Consagrou um importante passo para a viragem da NATO a sul (através do lançamento da Operação Sea Guardian, em resultado da transição da Operação Active Endeavour de artigo 5º para uma Operação de Segurança Marítima), implementando o quadro de adaptação da NATO aos desafios e ameaças provenientes do sul, melhorando o conhecimento situacional, as capacidades expedicionárias e o planeamento avançado. Apoio à Coligação Internacional contra o autodenominado Estado Islâmico, disponibilizando os aviões *Airborne Warning And Control System* (AWACS) da NATO.

Reforçou a presença avançada da NATO na Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia, a partir de 2017, com quatro batalhões multinacionais liderados pelos EUA, RU, Alemanha e Canadá, numa clara demonstração de que um ataque contra um daqueles Aliados de leste enfrentará uma resposta colectiva da Aliança.

Reconheceu o ciberespaço como um domínio operacional e estabeleceu o aumento do investimento nas capacidades de ciberdefesa nacionais.

Implementar o “quadro de adaptação da NATO aos desafios e ameaças provenientes do sul”, melhorando o conhecimento situacional, as capacidades expedicionárias e o planeamento avançado.

Reiterada a importância dos Aliados cumprirem o compromisso de atingir orçamentos de defesa da ordem dos 2% do PIB.

Decisão de retomar o diálogo político e diplomático com Moscovo, tendo em vista promover a transparência e a redução de riscos, evitando mal-entendidos e possíveis incidentes em manobras militares que poderiam resultar numa desnecessária escalada de tensão. Nesse sentido foi afirmado em Varsóvia: “A Rússia é parte do problema, mas é também parte da solução”.

h) Bruxelas – 2018

Os gastos com a defesa e a repartição dos encargos estiveram no topo da agenda, assim como a acusação de Trump à Alemanha de estar refém da Rússia devido às importações de gás e ao gasoduto que vai ser construído no Mar Báltico.



Cimeira de Bruxelas Julho 2018 Fonte: NATO Media Library

BIBLIOGRAFIA

Hett, Felix, Anna Maria Kellner e Beate Martin. 2014. “The EU and the East in 2030 – Four Scenarios for Relations between the EU, the Russian Federation, and the Common Neighbourhood”. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Rodrigues, Alexandre Reis. 2007. “A defesa colectiva da Europa: responsabilidade da NATO ou da União Europeia?”. *Estratégia* 24-25, 2º semestre: 55-63.

Guerra, Alexandre. 2019. “NATO, 70 anos ao serviço da Europa”. *Público*, de 19 Janeiro 2019, <https://www.publico.pt/2019/01/18/mundo/opiniao/nato-70-anos-servico-europa-1858401>.

Stiglitz, Joseph. 2018. *Globalization and Its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the Era of Trump*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.

Wolfe, Michael. 2018. *Fire and Fury, Inside the Trump White House*. Nova Iorque: Henry Holt and Company.

Chomsky, Noam. 2002. “A nova guerra contra o terror”. *Estudos Avançados* 16, no. 44: 5-33.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.

Moreira de Sá, Tiago. 2019. “2020: A década do equilíbrio tripolar”. *Público*, 6 Janeiro 2019, <https://www.publico.pt/2019/01/06/mundo/analise/2020-decada-equilibrio-tripolar-1856768>

Comunicados

“Active Engagement, Modern Defence”, Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation, adopted by Heads of State and Government in Lisbon, 19 Novembro 2010. https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_68580.htm?

“Cenarização de teatros estratégicos”. Intervenção do Secretário de Estado dos EUA, James Mattis, na 1ª Sessão da Cimeira da NATO, Bruxelas, 15 Fevereiro 2017.

“Defence Expenditure of NATO Countries (2011-2018)”, Press Release da NATO, 10 Julho 2018, https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_156770.htm.

Declaração Conjunta dos presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia e do Secretário-Geral da NATO, 8 Julho 2016, por ocasião da Cimeira da NATO de Varsóvia, <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2016/07/08-09/>